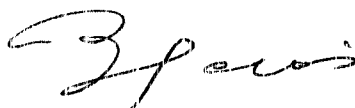




150  
85  
L

CÍVEL, os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, o seguinte: *“À unanimidade de votos, negou-se provimento ao apelo, nos termos do voto da turma”*, tudo de acordo com o relatório, os votos, as notas taquigráficas e o termo de julgamento datado de 15/10/2009, que ficam fazendo parte integrante deste julgado, lavrando-se o acórdão na presente data.

Recife, 15-12-2009



Desembargador Bartolomeu Bueno

Presidente e Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno  
**TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 114632-3**

**COMARCA:** JABOATÃO DOS GUARARAPES – 5ª VARA CÍVEL

**APELANTE:** BANCO ABN AMRO REAL S/A

**APELADO:** ADRIANA MARIA AYRES MARCIEL

**RELATOR:** DES. BARTOLOMEU BUENO

**Relatório**

Adoto o relato sentencial de fl. 23, o qual passo a ler: (...).

Acrescento, ainda, que, com fulcro no art. 3º, “caput” e seu § 4º, do Decreto-lei nº 911/69, o Juiz da causa julgou de forma antecipada o processo, face à caracterização da revelia da Ré, e deu pela procedência, em parte, do pedido para declarar a rescisão do contrato e, em consequência, consolidar nas mãos da parte autora a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem descrito na exordial, tornando a liminar definitiva.

Também condenou a Demandada ao pagamento de multa no patamar de 2% (dois por cento), acrescida de 1% (um por cento) de juros moratórios ao mês, os quais devem incidir sobre as parcelas das prestações que se encontram em atraso, excluindo-se as parcelas vincendas previstas no instrumento, sem a incidência cumulativa de correção monetária e comissão de permanência (Súmula 30 do STJ), bem como desta última com a multa contratual e com juros moratórios, além das custas judiciais e honorários advocatícios, estes a base de 10% (dez por cento) sobre o valor atribuído à causa.

Inconformada, a parte autora interpôs o presente Apelo, pugnando pela legalidade da indexação da comissão de permanência pela TR ou ANDIB (taxas de mercado) e pela legalidade do saldo devedor remanescente.

O Recurso não foi contra-arrazado.

É o relatório.

À d. Revisão.

Recife, 18-12-2007

  
**Desembargador Bartolomeu Bueno**  
**Relator**



152/23  
P

Nº 065/04

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
JUÍZO DE DIREITO 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE  
JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE

Proc. - n 9222.2003.009795-7  
Ação - Busca e Apreensão  
A - Banco ABN AMRO Real S/A  
R - Adriana Maria Ayres Marciel

S E N T E N Ç A

Vistos, etc.

O demandante, devidamente qualificado, através de advogado legalmente habilitado, ingressou em juízo com a presente Ação de Busca e Apreensão em face da parte demandada, fundando a sua pretensão no Decreto - Lei nº 911/69, relativamente ao seguinte bem: 01(um) veículo da marca: VW - Modelo Gol 16v - ano/modelo: 2000/00, Placa - KIT-1786, na cor Prata, Chassi: 9BWCA15X7YP107044, requerendo, ao final, medida liminar de busca e apreensão e, no mérito, a consolidação da sua posse para os fins de direito.

À luz da prova documental acostada aos autos, a qual comprovou, à saciedade, a relação contratual e a existência de mora, este M.M. Juízo deferiu o pleito liminar pugnado *ab initio*.

Por sua vez, a medida liminar viu-se validamente cumprida, tendo, a parte Requerida, sido efetivamente citada para, querendo, no prazo legal, apresentar resposta à pretensão articulada na peça inicial.

Dá-se que a parte demandada deixou transcorrer *in albis* o prazo destinado à purgação da mora e (ou) apresentação defesa à pretensão autoral, consoante se depreende através da certidão exarada pela secretaria deste M.M. Juízo.

Eis a síntese do procedimento.  
Passo, pois, a decidir.

O feito, por ser matéria exclusivamente de direito, deve ser julgado antecipadamente, consoante disciplina a regra inserta no art. 330, II CPC. A matéria para deslinde não implica em grandes divagações pois circunscreve âmbito limitado de apreciação, voltado à natureza restrita da relação jurídica que envolve as partes.

De início, diga-se que o Contrato que estabelece a alienação fiduciária em garantia, transfere ao credor domínio resolúvel e a posse indireta da coisa móvel alienada, independentemente da tradição efetiva do bem, tomando-se o alienante ou devedor em possuidor direto e depositário por todas as



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Des. Bartolomeu Bueno

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 114632-3

COMARCA: JABOATÃO DOS GUARARAPES – 5ª VARA CÍVEL

APELANTE: BANCO ABN AMRO REAL S/A

APELADO: ADRIANA MARIA AYRES MARCIEL

RELATOR: DES. BARTOLOMEU BUENO

VOTO

Em razão da presença dos pressupostos de admissibilidade, conheço o presente Recurso.

Em síntese, visa o Banco/Apelante, através da presente apelação, que seja parcialmente reformada a sentença que julgou procedente pedido de busca e apreensão, na parte em que excluiu da condenação a incidência de correção monetária e comissão de permanência, baseando-se, para tanto, na Súmula 30 do STJ.

Pois bem! Os índices e percentuais utilizados pelo Juiz Singular se encontram em consonância com a mais recente jurisprudência dos Tribunais Superiores, notadamente a que não admite a acumulação entre comissão de permanência e multa nos contratos de alienação fiduciária.

Ademais, como bem ressaltou o referido Magistrado na sentença, consoante o verbete da Súmula nº 30 do STJ, a comissão de permanência, equivalente a juros remuneratórios, e a correção monetária são inacumuláveis.

Por fim, embora seja possível, quando pactuado, a cumulação de juros moratórios com os compensatórios (comissão de permanência), estes não podem ser cumulados com a multa contratual, uma vez que tal cumulação é vedada pelo item II da Resolução 1129/86 do BACEN:

I - O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9. da Lei nº 4.595, de 31.12.64, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada nesta data, tendo em vista o disposto no art. 4., incisos VI e IX, da referida Lei, RESOLVEU:

I - Facultar aos bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, bancos de investimento, caixas econômicas, cooperativas e crédito, sociedades de crédito, financiamento e investimento e sociedades de arrendamento mercantil cobrar de seus devedores por dia de atraso no pagamento ou na liquidação de seus débitos, além de juros de mora na forma da legislação em vigor, "comissão de permanência", que será calculada às mesmas taxas pactuadas no contrato original ou à taxa de mercado do dia do pagamento.

II - Além dos encargos previstos no item anterior, não será permitida a cobrança de quaisquer outras quantias compensatórias pelo atraso no pagamento dos débitos vencidos.

87  
L

154

A esse respeito, temos o seguinte julgado:

COMERCIAL. CONTRATOS DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. JUROS. LIMITAÇÃO (12% AA). LEI DE USURA (DECRETO N. 22.626/33). NÃO INCIDÊNCIA. APLICAÇÃO DA LEI N. 4.595/64. DISCIPLINAMENTO LEGISLATIVO POSTERIOR. SÚMULA N. 596-STF. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. VEDAÇÃO. SÚMULA N. 121-STF. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. INACUMULABILIDADE COM MULTA. LEI 4.595/64. CORREÇÃO MONETÁRIA. TR.

I. Não se aplica a limitação de juros de 12% ao ano prevista na Lei de Usura aos contratos de alienação fiduciária.

II. Nesses mesmos contratos, ainda que expressamente pactuada, é vedada a capitalização mensal dos juros, somente admitida nos casos previstos em lei, hipótese diversa dos autos. Incidência do art. 4º do Decreto n. 22.626/33 e da Súmula n. 121-STF.

III. São inacumuláveis a multa com a comissão de permanência, em razão do veto contido na Resolução 1.129/86 - BACEN, que editou decisão do Conselho Monetário Nacional proferida com suporte na Lei nº 4.595/64.

IV. Quando pactuada, é possível a aplicação da TR como fator de atualização monetária.

V. Recurso especial conhecido e parcialmente provido. RESP 229792/RS (Precedentes: REsp 337212, REsp 200252, REsp 174181, REsp 341444).

Assim, mantenho a decisão vergastada em todos os seus judiciosos fundamentos, negando, por conseguinte, provimento ao presente apelo.

É como meu voto.

Recife, 11-10-2008

  
**Desembargador Bartolomeu Bueno**  
**Relator**

gvn

2



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

155  
88  
2

DESEMBARGADOR MILTON NEVES (PRESIDENTE E REVISOR)

Acompanho o voto do Relator.

---

DESEMBARGADOR JOVALDO NUNES

Também acompanho o Relator.

---

DECISÃO

"À UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO APELO, NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA".

---

*Mike*